

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Despacho n.º 2998/2015

Considerando que o Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, e a Portaria n.º 108/2013, de 15 de março, aprovaram, respetivamente, a Lei Orgânica e os Estatutos da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Considerando a nomeação, na sequência de concurso, da Licenciada Maria Manuela Araújo Matos, pelo período de 3 anos, para o cargo de Diretora da ARH Tejo e Oeste.

Considerando a vacatura do lugar de Chefe de Divisão de Recursos Hídricos Interiores da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, o Conselho Diretivo deliberou, nos termos dos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto:

1 — Proceder à cessação da nomeação em regime de substituição da licenciada Maria de Fátima Rodrigues Alves, no cargo de Diretora da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste;

2 — Proceder à nomeação, em regime de substituição, da licenciada Maria de Fátima Rodrigues Alves, no cargo de Chefe de Divisão de Recursos Hídricos Interiores da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste;

3 — A nomeada possui o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objetivos do serviço, sendo dotada das necessárias competências e aptidões técnicas para o exercício do respetivo cargo, de acordo com a nota curricular anexa.

O presente despacho produz efeitos a 1 de março de 2015.

2 de março de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome: Maria de Fátima Rodrigues Alves
Data de nascimento: 17 de novembro de 1956

Curriculum académico:

Licenciatura em Geologia Aplicada e do Ambiente, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Formação profissional:

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (setembro 2009 a janeiro 2010)

Detentora de formação profissional nas áreas de recursos hídricos subterrâneos e superficiais, qualidade do ar, ruído, informática e contratação pública.

Curriculum profissional:

De 1 de maio de 2014 até ao presente, exerceu funções em regime de substituição, no cargo de Administradora da Administração de Região Hidrográfica do Tejo e Oeste da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), para as quais foi nomeada por despacho do Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P.

De 11 de abril de 2013 a 30 de abril de 2014, exerceu funções em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão da Divisão de Recursos Hídricos Interiores da Administração de Região Hidrográfica do Tejo e Oeste da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), para as quais foi nomeada por despacho do Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P.

De 13 de março de 2012 a 10 de abril de 2013, exerceu funções em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão, da Divisão de Títulos de Utilização, da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I. P. (ARH do Tejo, I. P.), para as quais foi nomeada por despacho do Presidente da ARH do Tejo, I. P.

De 15 de dezembro de 2008 a 12 de março de 2012, exerceu funções em regime de contrato de trabalho, em comissão de serviço e em gestão corrente, no cargo de Chefe de Divisão, da Divisão de Títulos de Utilização, ARH do Tejo, I. P.;

De 1 de outubro de 2008 (data em que transitou para o quadro de pessoal da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I. P.), a 14 de dezembro de 2008, exerceu funções de técnica superior na Divisão de Títulos de Utilização da ARH do Tejo, I. P.;

De 1 de maio de 2007 a 30 de setembro de 2008, exerceu funções, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão, da Divisão de Monitorização e Fiscalização da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), para as quais foi nomeada por despacho do Presidente da CCDR-LVT;

De 7 de fevereiro de 2006 a 30 de abril de 2007, exerceu funções, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão, da Divisão de Monitorização Ambiental da CCDR-LVT, para as quais foi nomeada por despacho do Presidente da CCDR-LVT;

De 18 de abril de 2005 até 6 de fevereiro de 2006, exerceu funções, em regime de substituição, no cargo de Diretora de Serviços, da Direção de Serviços de Monitorização Ambiental da CCDR-LVT, para as quais foi nomeada por despacho do Presidente da CCDR-LVT;

De 12 de janeiro de 2004 a 17 de abril de 2005, exerceu funções de Coordenadora da Direção de Serviços de Monitorização Ambiental, da CCDR-LVT, com o cargo de Chefe de Divisão, para as quais foi designada por despacho do Vice-Presidente da CCDR-LVT;

De 16 de janeiro de 2003 até 11 de janeiro de 2004, exerceu funções no cargo de Chefe de Divisão de Monitorização Ambiental, da ex-Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo (ex-DRAOT-LVT), nomeada, precedendo concurso, por despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território;

De 12 de julho de 2001 a 15 de janeiro de 2003, exerceu funções, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão, da Divisão de Monitorização Ambiental, da ex-DRAOT-LVT, para as quais foi nomeada por despacho do Secretário de Estado do Ambiente;

De 1 de dezembro de 1996 até 11 de junho de 2011, exerceu funções na ex-Direção Regional do Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo e ex-DRAOT-LVT na área de monitorização de recursos hídricos subterrâneos e licenciamento.

De 30 de março de 1976 a 30 de novembro de 1996 — exerceu funções nos Ministérios do Trabalho e Segurança Social e da Educação.

208479846

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Aviso (extrato) n.º 3092/2015

Anulação de autorização de utilização de rótulo

1 — De acordo com o disposto nas alíneas *b)* e *d)* do n.º 2 do Despacho Normativo n.º 16/99 de 24 de março, bem como, nos termos do n.º 1 do Despacho Normativo n.º 30/2000 de 12 de junho, por despacho do Senhor Diretor-Geral Eng.º Pedro Teixeira, de 20 de janeiro de 2015, é anulada, a pedido da empresa CACII — Companhia Avícola do Centro, S. A., a autorização concedida à empresa Dia Portugal Supermercados, Sociedade Unipessoal, L.ª, para utilização do rótulo “Vale Velho”.

2 — Este aviso anula o aviso n.º 11446/2011 publicado no Diário da República — 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio de 2011.

03 de março de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.

208478485

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

Despacho n.º 2999/2015

Nos termos do artigo 2.º do anexo à Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, que estabelece o conceito, o processo de identificação, aprovação e reconhecimento dos Centros de Referência Nacionais para a prestação de cuidados de saúde, as áreas de intervenção prioritárias em que devem ser reconhecidos Centros de Referência são definidas anualmente por despacho do membro do Governo responsável pela área da saúde.

Neste sentido, o Despacho n.º 235-A/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2015, veio definir as áreas de intervenção prioritária em que devem ser reconhecidos Centros de Referência em 2015.

Contudo, e sob proposta da Comissão Nacional para os Centros de Referência, importa alterar a designação de uma das áreas de intervenção

prioritária em que devem ser reconhecidos Centros de Referência em 2015, nos termos do Despacho n.º 235-A/2015, de 8 de janeiro.

Assim, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 2.º do anexo à Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, determino o seguinte:

1. A subalínea vi) da alínea b) do n.º 1 do meu Despacho n.º 235-A/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2015, passa a ter a seguinte redação:

«Sarcomas».

2. É aditada uma alínea g) ao n.º 1 do meu Despacho n.º 235-A/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2015, com a seguinte redação:

«Melanoma ocular».

3 - O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

5 de março de 2015. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, *Fernando Serra Leal da Costa*.

208490675

Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

Aviso n.º 3093/2015

Procedimento concursal comum para preenchimento de 70 postos de trabalho da carreira de Assistente Técnico para Técnico Operador de Telecomunicações de Emergência — Referência AT-TOTE-INEM 01/2015.

1 — Torna-se público que, por deliberação de 12 de março de 2015 do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. (INEM, I. P.) se encontra aberto um concurso para o preenchimento de 70 (setenta) postos de trabalho na categoria de assistente técnico, pertencente à carreira geral com a mesma designação, na área de assistência a doentes urgentes/emergentes, como técnico operador de telecomunicações de emergência, previstos no seu mapa de pessoal, sendo 15 (quinze) para o Centro de Orientação de Doentes Urgentes do Porto, 7 (sete) para o Centro de Orientação de Doentes Urgentes de Coimbra e 48 (quarenta e oito) para o Centro de Orientação de Doentes Urgentes de Lisboa, para o exercício de funções na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Em cumprimento do disposto nos n.ºs 1, 5 e 6 do artigo 265.º da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, após confirmação de gestão do sistema de requalificação (INA), que em 15/01/2015, declarou a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação.

3 — Por Despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 557/2015-SEAP de 17 de fevereiro de 2015, após confirmação de existência de cabimento orçamental, foi autorizado o recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

4 — Publicitação: O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação, na página eletrónica do INEM, I. P., (www.inem.pt) e por extrato, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, num jornal de expansão nacional.

5 — Caracterização Geral dos Postos de Trabalho: Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretrizes bem definidas e instruções gerais, com grau de complexidade 2.

6 — Caracterização Específica dos Postos de Trabalho: Exercício de funções de técnico operador de telecomunicações de emergência, na área de assistência a doentes urgentes/emergentes — Centro de Orientação de Doentes Urgentes. Compete-lhe, nomeadamente, sob orientação médica, o atendimento de chamadas de socorro e o acionamento dos meios de socorro necessário, segundo os protocolos estabelecidos, bem como a execução de todas as funções e tarefas conexas, exigidas a um bom funcionamento do serviço.

7 — Local de Trabalho:

15 postos de trabalho para o Centro de Orientação de Doentes Urgentes do Porto, sita Rua Dr. Alfredo Magalhães, 62 — 5.º Andar 4000-063 Porto;

7 postos de trabalho para o Centro de Orientação de Doentes Urgentes de Coimbra, sita Estrada de Eiras Edifício B-Side, n.º 259 2.º 3025-069 Coimbra;

48 postos de trabalho para o Centro de Orientação de Doentes Urgentes de Lisboa, sita Rua Almirante Barroso, n.º 36, 1000-013 Lisboa.

8 — Requisitos de Admissão Obrigatórios: Poderão candidatar-se ao presente procedimento concursal os candidatos que, até ao fim do

prazo para apresentação de candidatura, reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Titularidade do 12.º ano de escolaridade ou habilitação equivalente.

b) Os previstos no artigo 17.º da LTFP:

i) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

ii) 18 anos de idade completos;

iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

9 — Requisitos de Admissão Preferenciais: Serão valorizadas, desde que devidamente comprovados:

a) O conhecimento da língua inglesa e ou francesa, mediante apresentação de documento(s) comprovativo(s) respetivo(s);

b) Demonstração de frequência de formação acreditada pelo INEM na área da emergência médica que esteja dentro do prazo de validade;

c) Ser titular de habilitação legal para condução de veículos, no mínimo, para a categoria B;

d) Conhecimentos práticos de informática na ótica do utilizador, em especial, na utilização de folhas de cálculo e processadores de texto.

10 — Formalização das Candidaturas:

10.1 — As candidaturas poderão ser formalizadas por uma das seguintes formas:

a) Submissão eletrónica (Preferencial): Mediante o preenchimento do formulário eletrónico de candidatura, que se encontra disponível na página eletrónica do INEM, I. P. (www.inem.pt), até ao último dia do prazo fixado, inserindo eletronicamente os documentos que devem acompanhar a candidatura, conforme ponto 10.2;

b) Submissão por correio: Mediante o preenchimento do formulário de candidatura em PDF, que se encontra disponível na página eletrónica do INEM, I. P. (www.inem.pt), que deverá ser enviado por correio registado, com aviso de receção, expedido até ao último dia do prazo fixado, para a Rua Almirante Barroso, n.º 36, 1000-013 Lisboa, em envelope fechado com indicação no exterior de “Concurso AT-TOTE-INEM 01/2015”, acompanhado dos documentos referidos no ponto 10.2;

c) Submissão em mão: Mediante o preenchimento do formulário de candidatura em PDF, que se encontra disponível na página eletrónica do INEM, I. P. (www.inem.pt), que deverá ser entregue, até às 17h do último dia do prazo, na Rua Almirante Barroso, n.º 36, 1000-013 Lisboa, em envelope fechado com indicação no exterior de “Concurso TAE-INEM 01/2015”, acompanhado dos documentos referidos no ponto 10.2;

10.2 — Independentemente da via de formalização escolhida, o formulário de candidatura deve ser acompanhado, dos documentos referidos de seguida, sendo que, no caso do ponto 9.1 a), estes documentos devem ser carregados na página eletrónica do INEM, I. P. (www.inem.pt):

i) *Curriculum Vitae* em modelo Europass;

ii) Digitalização/Fotocópia legível do certificado de habilitações que comprove a alínea a) do ponto 8;

iii) Digitalização/Fotocópia do documento de identificação (Bilhete de Identidade ou Cartão do Cidadão);

iv) Digitalização/Fotocópia do cartão com o Número de Identificação Fiscal (NIF), no caso de o documento iii) não ser Cartão do Cidadão;

v) Digitalização/Documento original do Certificado de registo criminal atualizado destinado à função a que se candidata;

vi) Digitalização/Fotocópia legível da carta de condução ou título de habilitação de condução;

vii) Digitalização/fotocópia dos comprovativos de cursos e ações de formação frequentadas e dos certificados de cursos que atestam conhecimento de línguas inglesa e ou francesa, mencionadas no *curriculum vitae*, sob pena de não serem considerados em sede de avaliação curricular.

10.3 — O não envio do formulário de candidatura em PDF devidamente preenchido, nos casos referidos nas alíneas b) e c) do ponto 10.1 e dos documentos i) a v) do ponto 10.2 será motivo de exclusão.

11 — Prazo de Candidaturas: 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no Diário da República;

12 — Métodos de Seleção: Os candidatos serão ao longo do concurso sujeitos a três fases, constituídas por diferentes métodos de seleção.

1.ª Fase — Avaliação Curricular (AC):

a) Terá como objetivo analisar a qualificação dos candidatos, sendo valorizados os seguintes fatores: Habilitação Académica (HA); Formação Profissional (FP); Experiência Profissional (EP) e Critérios de Valoração Positiva (CVP);